

# PARA AVANÇAR, O BRASIL PRECISA RETOMAR A AGENDA DA COMPETITIVIDADE

POR **CARLOS ARRUDA, ANA BURCHARTH E LUANA LOTT**

Ao completar sua 30ª edição, o Anuário de Competitividade Mundial (World Competitiveness Yearbook – WCY), publicado anualmente pelo IMD (International Institute for Management Development), em parceria com a Fundação Dom Cabral, posiciona o Brasil no 60º lugar, entre as 63 nações avaliadas. Apesar de ter recuperado uma posição, o País se mantém entre as nações menos competitivas do mundo.

Os Estados Unidos retornam ao topo do *ranking*, que no estudo anterior era ocupado por Hong Kong, atualmente na 2ª posição. Como destaque positivo, o relatório de 2018 evidencia o crescimento competitivo da China, que ganhou cinco posições, chegando ao 13º lugar no *ranking* (**Figura 1**).

A série histórica do relatório destaca as dinâmicas de longo prazo da competitividade, que se reforçam em ciclos virtuosos ou viciosos, ainda que cada nação tenha uma combinação própria de fatores para se tornar competitiva.

Celebrando três décadas de publicação do WCY, o IMD chama atenção para os países que se destacaram, positiva ou negativamente, ao longo desse tempo. Em 2004, quando o Goldman Sachs publicou o seu famoso relatório “Dreaming with Brics: The path to 2050”, a China ocupava apenas a 26ª posição. Em 2018, fruto de reformas institucionais e estruturais e de uma consistente política de desenvolvimento humano e tecnológico, o país chega à 13ª posição.

Já o Brasil, citado pelo IMD como “um país que atraiu muita atenção devido ao seu tamanho e potencial econômico”, que ocupava a 40ª posição em 2001, aparece, 17 anos depois, em 60º lugar. Os outros BRICS – Rússia e Índia – também não avançaram de maneira significativa. A Rússia, que ocupava o 38º lugar em 2014, está hoje na 45ª posição, enquanto Índia e África do Sul se mantiveram estáveis ao longo dos anos, aparecendo, em

FIGURA 1

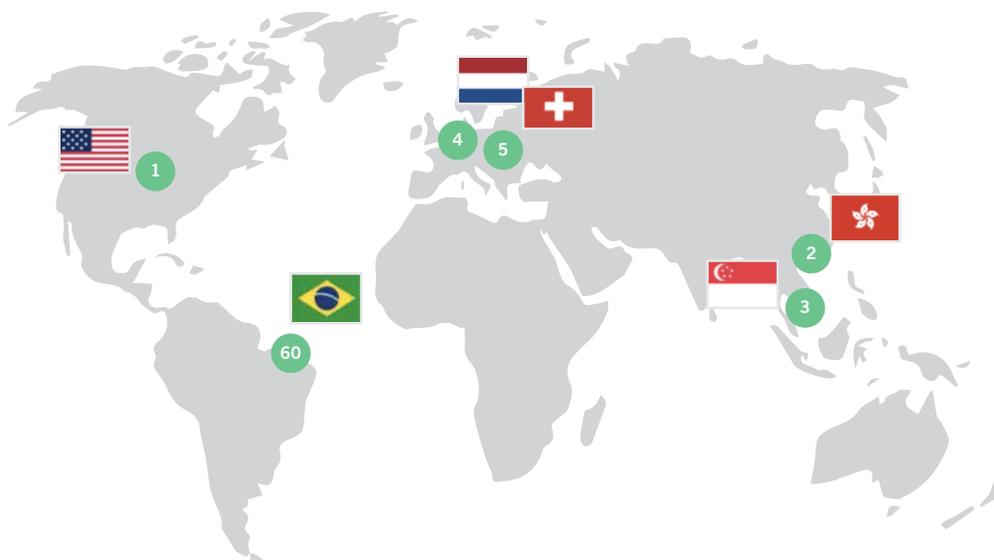
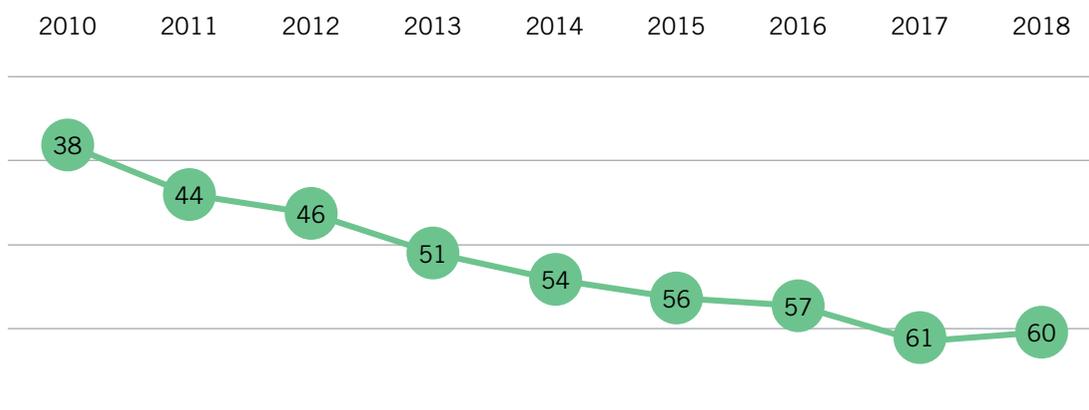


FIGURA 2 | O BRASIL NO WORLD COMPETITIVENESS YEARBOOK



2018, na 44ª (depois de ter chegado ao 41º lugar, em 2016) e 53ª posição, respectivamente.

Outros países com posições destacadas, ao longo das 30 edições do anuário, são o Japão e os EUA. Em 1989, na primeira edição do relatório, o Japão ocupava o 1º lugar, mas, em 1998, já tinha caído para a 24ª posição, devido à estagnação de sua economia e o colapso dos preços dos ativos, na chamada “década perdida”. O país voltou a ganhar posições na década seguinte, chegando ao 17º lugar em 2008, mas perdeu posições ao longo dos últimos dez anos, ocupando atualmente o 25º lugar. Os fatores críticos para a atual competitividade japonesa

são associados ao envelhecimento da população, alto grau de endividamento do governo e perda da capacidade empreendedora.

Os EUA, por outro lado, se mantiveram nas primeiras posições, ao longo das últimas três décadas – na 2ª posição, em 1998, e atualmente em 1º lugar. A economia norte-americana ainda é a mais competitiva do mundo, sustentada pelo ambiente favorável à atividade empresarial e ao empreendedorismo, fácil acesso à mão de obra altamente qualificada, cultura favorável à pesquisa, desenvolvimento e inovação, e fácil acesso aos mercados doméstico e internacional.

## BRASIL NO ANUÁRIO DE COMPETITIVIDADE MUNDIAL 2018

Sem promover as reformas necessárias, num ambiente de alta turbulência política e incerteza econômica, o Brasil voltou a perder oportunidades importantes de avançar nos *rankings* globais de competitividade (**Figura 2**). O ganho de uma posição, em relação a 2017, se deve a uma mudança positiva no PIB e ao momento em que os dados qualitativos foram coletados. A competitividade é definida como as condições que um país oferece para que as empresas que nele operam tenham capacidade de competir internacionalmente. Na verdade, em 2017 e 2018, não houve avanços significativos das condições competitivas brasileiras. Apesar disso, tendo em vista o tamanho do nosso mercado e o potencial do País, os investidores estrangeiros ainda classificam o Brasil entre os países com melhor perspectiva de investimentos diretos.

Na pesquisa de opinião, realizada anualmente com a comunidade empresarial que atua no País, os respondentes destacaram que o principal fator de atratividade do Brasil é o dinamismo da economia, seguido pelas atitudes positivas e a abertura. O fator mais crítico para a competitividade brasileira continua sendo a baixa eficiência do governo, seguido da falta de cultura e investimentos em pesquisa, desenvolvimento e inovação. Atitudes e valores que comprometem não apenas a competitividade em 2018, mas o potencial de crescimento futuro da competitividade brasileira.

## O BRASIL NOS QUATRO FATORES DE COMPETITIVIDADE

Conforme a metodologia de avaliação da competitividade, introduzida pelo IMD em 2001, os países são avaliados em quatro fatores de competitividade – desempenho econômico, eficiência de governo, eficiência empresarial e infraestrutura –, agrupando 340 variáveis qualitativas e quantitativas. As variáveis qualitativas são fruto de uma pesquisa de opinião, feita anualmente nos 63 países pesquisados. No Brasil, ela é realizada pela equipe do Núcleo de Inovação e Empreendedorismo da Fundação Dom Cabral, de janeiro a abril de cada ano, envolvendo mais de 5.000 executivos e empreendedores de diferentes regiões e setores, em empresas de diferentes portes.

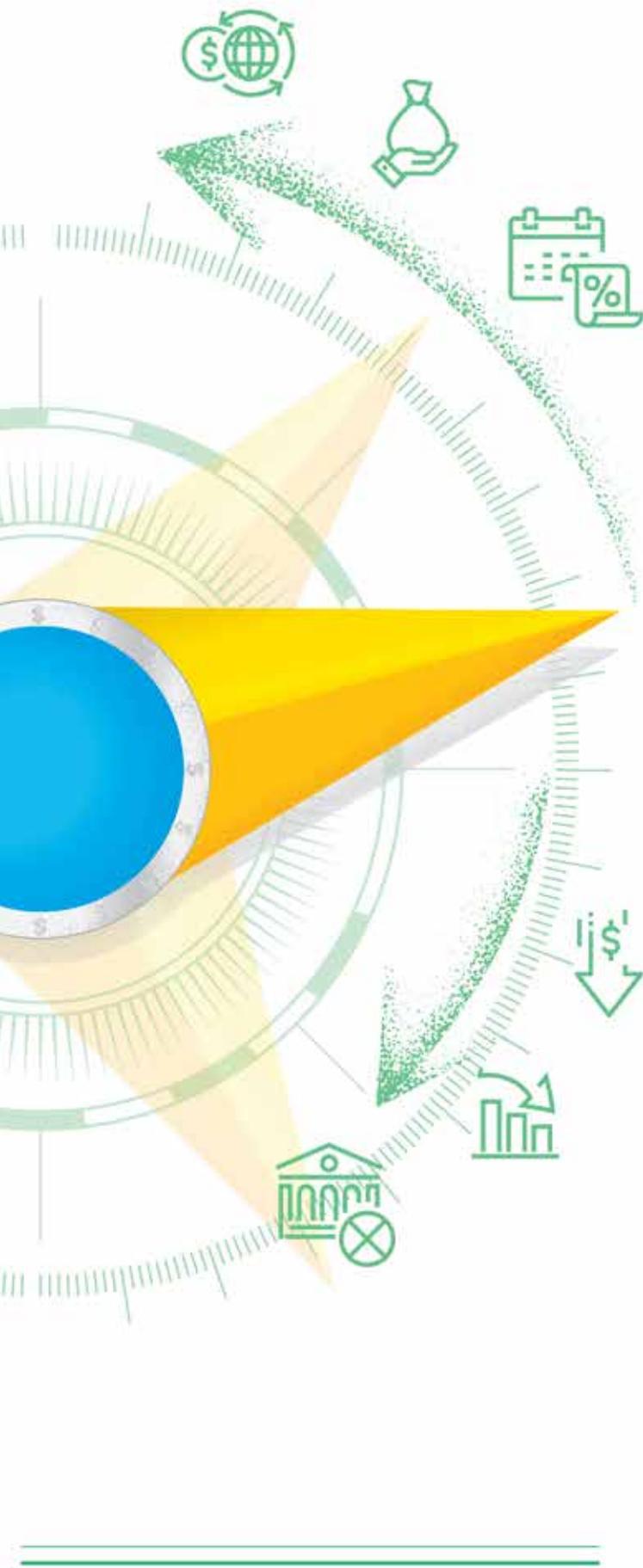
Conforme a metodologia adotada pelo WCY 2018, o posicionamento do Brasil é analisado em cada uma das variáveis, subfatores e fatores, de

FIGURA 3

Cenário Competitivo	Posição 2017	Posição 2018	Varição
<b>Desempenho Econômico</b>	<b>59</b>	<b>54</b>	<b>+5</b>
Economia Doméstica	58	50	+8
Comércio Internacional	54	50	+4
Investimento Internacional	23	23	-
Emprego	50	48	+2
Preços	59	43	+16
<b>Eficiência do Governo</b>	<b>62</b>	<b>62</b>	<b>-</b>
Finanças Públicas	63	63	-
Política Fiscal	40	40	-
Estrutura Institucional	61	61	-
Legislação dos Negócios	62	61	+1
Estrutura Social	62	62	-
<b>Eficiência Empresarial</b>	<b>49</b>	<b>50</b>	<b>-1</b>
Produtividade e Eficiência	60	59	+1
Mercado de Trabalho	42	35	+7
Finanças	42	41	+1
Práticas Gerenciais	41	53	-12
Atitudes e Valores	43	54	-11
<b>Infraestrutura</b>	<b>51</b>	<b>52</b>	<b>-1</b>
Básica	56	55	+1
Tecnológica	51	48	+3
Científica	41	41	-
Saúde e Meio Ambiente	38	38	-
Educação	55	60	-5

forma absoluta e relativa aos demais países. A **Figura 3** apresenta a posição do País nos fatores e subfatores, em 2018 e 2017.

**DESEMPENHO DA ECONOMIA** O fator desempenho econômico, que apresentou deteriorações gradativas de 2011 a 2017, apresenta, em 2018, uma melhora de cinco posições. A subida para a 54ª posição se deve ao aumento em quatro dos cinco subfatores – economia doméstica, comércio internacional, emprego e preços –, com destaque para os indicadores de variações nos preços e no custo de vida (ganho de 16 posições).



## UM DOS FATORES QUE CARACTERIZAM POSITIVAMENTE A COMPETITIVIDADE BRASILEIRA CONTINUA SENDO SUA CAPACIDADE DE ATRAIR A ATENÇÃO DOS INVESTIDORES ESTRANGEIROS

No subfator economia doméstica, o crescimento de cinco posições – apesar de favorecido pelo tímido crescimento do PIB em 2017 (1%), que coloca o Brasil na 60ª posição neste indicador – é atribuído principalmente ao otimismo dos analistas e dos executivos entrevistados, sobre as perspectivas futuras da economia brasileira. Quando a pesquisa foi realizada, no primeiro trimestre de 2018, a expectativa era de um crescimento de 2,7% da economia brasileira no ano (Boletim Focos, janeiro/18). Mas, em maio, o BACEN revisou essa projeção para 2,51%, com perspectiva de queda. Para vários analistas brasileiros e estrangeiros, a falta de reformas, o baixo grau de investimento em infraestrutura e a baixa produtividade total dos fatores – associados à instabilidade política e turbulências na economia mundial, representadas pelas recentes decisões tomadas pelo governo norte-americano – colocam o Brasil numa condição de risco. O País pode estar iniciando mais um “voo de galinha” no que se refere ao crescimento do PIB.

O relatório trata, separadamente, alguns dos indicadores econômicos que são instrumentos do governo para promoção do crescimento, como a taxa de juros de longo prazo, câmbio, reservas monetárias, entre outros. Esses indicadores aparecem no fator eficiência do governo associados ao subfator *framework* institucional. Merece destaque o fato de o País ocupar a última posição nos indicadores de taxa de juros real de curto prazo (9,64 desconto real/taxa bancária) e de *spread* de juros (taxa média de 38,4%), na 51ª posição no indicador de *rating* do País (55.5 pontos na escala de 1 a 100 do Institutional Investor Magazine) e na 10ª posição no volume de reservas internacionais (US\$ 373,97 bilhões).

Um dos fatores que caracterizam positivamente a competitividade brasileira continua sendo sua capacidade de atrair a atenção dos investidores estrangeiros. Vista pelos entrevistados como uma economia dinâmica, com grande potencial de retorno – seja pelo tamanho do mercado doméstico ou pelo potencial de influência regional –, o subfator investimento internacional tem se mantido estável. Com um volume de investimentos diretos, em 2017, acima de US\$ 70 bilhões (7º no WCY 2018), o País acumula reservas de investimentos diretos acima de US\$ 625 bilhões (12º lugar).

No entanto, a capacidade de atrair investimentos diretos não resulta em crescimento significativo da participação do comércio internacional na formação do PIB. O País aparece na última posição no indicador *trade to GDP ratio*, com 11,78% do PIB. Apesar disso, o volume exportado em 2017 – US\$ 60,3 bilhões – coloca o Brasil na 8ª posição nesse *ranking*, sendo o 26º país no índice de percentual das exportações mundiais, com 1,05%, mesma posição que ocupa no indicador de exportações de produtos com maior valor agregado (*high-tech exports*, 13,45% das exportações de produtos industriais).

O subfator emprego apresentou tímida melhora. Apesar do alto índice de desemprego (12,7%), que o coloca na 58ª posição (três abaixo da posição em 2016), o Brasil apresenta melhoras na oferta de emprego (0,96% de crescimento em 2017, em relação ao ano anterior), ocupando a 40ª posição. Um sinal positivo foi o avanço de três posições no indicador qualitativo (opinião da comunidade empresarial), que avalia se a legislação trabalhista encoraja a competitividade nacional. Como a pesquisa foi realizada no primeiro trimestre de 2018, é bem provável que o impacto da reforma na legislação trabalhista ainda não tenha sido totalmente absorvido por empregados e empregadores.

O último subfator analisa o custo de vida, as variações nos preços para as famílias e a atividade produtiva. A diminuição da inflação em 2017 (3,45% – 48ª posição), em relação a 2016 (8,74% – 59ª posição), o índice de custo de vida comparado ao de Nova York (83,60 – 48ª), assim como os custos de aluguel (38ª posição quando comparado com o aluguel de um apartamento de três cômodos em Nova York), de alimentação (15,74% dos gastos médios de uma família – 27ª posição) e os preços relativos da gasolina (US\$ 1,18 por litro – 28ª posição) foram

critérios que impactaram positivamente o subfator preços, que avançou 16 posições, passando da 59ª para a 43ª posição.

Apesar das perspectivas otimistas sobre o crescimento do PIB, já citadas, as demais projeções para 2018 continuam preocupantes. Quando consultados sobre as perspectivas para o desemprego, inflação e balanço da conta corrente, os entrevistados apontaram percentuais de 11,5% para o desemprego, 4% para a inflação e -1,5% para o balanço da conta corrente em 2018; projeções que colocam o Brasil, respectivamente, nas posições 55ª, 54ª e 44ª do relatório.

Um indicador crítico para as expectativas futuras da competitividade brasileira é a necessidade de mais investimentos. A formação bruta de capital, embora significativa em valores absolutos (US\$ 339,5 bilhões), é a 60ª do mundo em seu valor relativo ao PIB (15,6%). Aliados aos níveis de poupança muito baixos (16,5% – 56ª posição) e balanço de contas-correntes negativo (0,47% do PIB – 39ª posição), os instrumentos disponíveis para o governo são os controles dos gastos públicos e a atração de investimentos estrangeiros. O primeiro está atrelado a reformas importantes como a da Previdência. Já o segundo, apesar das perspectivas positivas apontadas, precisaria dobrar ou triplicar para ter efeitos significativos no curto e médio prazo.

**EFICIÊNCIA DO GOVERNO** O fator eficiência de governo é composto por cinco subfatores: finanças públicas, política fiscal, estrutura institucional, legislação de negócios e estrutura social. Todos eles se mantiveram estáveis em 2018, com exceção do subfator legislação dos negócios, que perdeu uma posição. Mas, o que caracteriza esse fator, em praticamente todas as variáveis analisadas, é o fato de que o Brasil está posicionado entre os piores países do mundo. Como mostra a **Figura 3**, o País segue uma trajetória de perdas de competitividade nesse fator desde 2010, ocupando atualmente a penúltima posição no relatório, à frente apenas da Venezuela.

A equipe de professores e pesquisadores do Núcleo de Inovação e Empreendedorismo da FDC teve a oportunidade de analisar esses fatores com representantes dos governos federais, estaduais e municipais, em diferentes iniciativas, com o propósito legítimo de melhoria das condições brasileiras nesses indicadores. A conclusão é de que não faltam iniciativas, nem pessoal qualificado, para reverter esse quadro.

A grande barreira para o avanço da eficiência de governo é, possivelmente, a falta de continuidade e integração das diferentes iniciativas. Precisamos de uma estratégia de país que seja implementada de forma comprometida, em ciclos longos de transformação, envolvendo não apenas os poderes executivo e legislativo, mas também o judiciário, as empresas e a sociedade civil.

Num ambiente político turbulento, o foco se volta para as decisões e manobras judiciais e para as denúncias de corrupção. As reformas necessárias, como a do sistema previdenciário, foram adiadas e as ações firmes de controle dos gastos públicos e investimentos estruturais ficaram para o próximo governo. Os destaques do ano foram a reforma trabalhista, que ainda não resultou em impactos muito positivos, como já destacado, e a confiança da comunidade empresarial nas decisões de corte de juros, tomadas pelo Banco Central. Os indicadores de eficiência nos gastos públicos colocaram o País na última posição no indicador gastos gerais do governo em relação ao PIB (74%) e na posição 56ª no indicador de crescimento da dívida pública (8,48%), ambos com perda de 15 posições em um único ano.

**EFICIÊNCIA EMPRESARIAL** Ao longo das 30 edições do World Competitiveness Yearbook, o Brasil tem apresentado uma característica bem peculiar – é mais competitivo nos indicadores de eficiência empresarial do que nos indicadores de governo. Essa característica é aparentemente disfuncional, tendo em vista a definição de competitividade adotada pelo IMD, “as condições que um país oferece para que suas empresas sejam capazes de competir internacionalmente”.

Como mostra a **Figura 3**, também nesse fator, o País apresenta tendência de queda, com perda de mais uma posição relativa.

Apesar de o Brasil se revelar positivamente em alguns dos indicadores de valores da sociedade que favorecem a competitividade, como flexibilidade e abertura para a mudança (13º lugar), na prática, todos os indicadores deste bloco refletem as dificuldades que as empresas estão vivendo para avançar do ponto de vista da eficiência e da transformação digital. Os indicadores-chave nesse bloco são os indicadores de produtividade. Classificado na 59ª posição no indicador agregado, o Brasil aparece como o 62º do estudo quando se avalia a produtividade do trabalho (US\$ 17,53, medido como PIB ajustado – PPP –, por

## O BRASIL TEM APRESENTADO UMA CARACTERÍSTICA BEM PECULIAR – É MAIS COMPETITIVO NOS INDICADORES DE EFICIÊNCIA EMPRESARIAL DO QUE NOS INDICADORES DE GOVERNO

trabalhador empregado), com crescimento de apenas 1,4% em 2017. Para efeitos comparativos, apesar de China e Índia terem índices de produtividade menores do que os brasileiros, os dois países registraram crescimento de 7,0% e 4,27%, respectivamente.

A análise detalhada dos indicadores desse bloco sugere que também no setor privado a competitividade brasileira está estagnada. Em praticamente todos os indicadores que avaliam o grau de avanço das empresas do País, não apenas na busca de mais eficiência e produtividade, mas também na adoção de práticas gerenciais e tecnológicas compatíveis com o século 21, o Brasil fica em posições críticas. Quando perguntados se as empresas do país estão usando ferramentas e tecnologias digitais para avançar os seus negócios, os entrevistados situaram o Brasil na 54ª posição. Uma abaixo da avaliação sobre adoção de práticas que reforcem a ética nas empresas (53ª). Em praticamente todos os indicadores que avaliam a adoção de novas tecnologias, o País fica nas últimas posições (por exemplo, uso de *big data* e *analytics* – 59ª; adoção de tecnologias digitais – 56ª).

**INFRAESTRUTURA** O fator infraestrutura apresenta queda de uma posição e levanta questões importantes, tanto do ponto de vista da infraestrutura básica quanto da educação, além de indicadores das condições competitivas relativas à infraestrutura científica e tecnológica e à saúde.

Nos indicadores de infraestrutura básica, o Brasil se mantém em posições críticas. Ocupando a 55ª posição no *ranking* geral desse fator, o País mostra sua deficiência logística, aparecendo na penúltima posição no indicador de infraestrutura

de distribuição, e na antepenúltima nos indicadores de manutenção e desenvolvimento da infraestrutura básica e de transporte fluvial. A única melhora do País nesse bloco foi a redução do custo da eletricidade industrial, ficando na 37ª posição, com US\$ 0,12 per kWh. Segundo estudo realizado pelo Professor Paulo Resende, da FDC, a redução de investimentos em infraestrutura de transportes levou à desvalorização do estoque de infraestrutura de transporte, de 21,4% do PIB para 12,1%, em 2016.

No bloco de indicadores que avaliam a qualidade da educação, apesar de ser o 10º país com maiores investimentos públicos no setor (6,2% do PIB em 2016), o Brasil ocupa o 57º lugar no indicador de percentual de graduandos, com apenas 16,6% da população de 25 a 34 anos. Esse indicador, um *proxy* do potencial de capacidade humana dos países, tem Singapura na liderança do *ranking*, com 77,5% da população nessa faixa etária; Coreia do Sul, 70%; Rússia, 59,8%; e China, 42,7%. O índice brasileiro se aproxima apenas de países como Índia, 13,9%; Indonésia, 12,6%; e África do Sul, 10,1%.

Outros indicadores críticos para a competitividade brasileira são o percentual de graduandos nas áreas de ciências, tecnologia, engenharia e matemática e a participação das mulheres na educação superior e em pesquisas. Com 15,35% (56ª posição) dos graduandos, o Brasil forma bem menos estudantes em áreas científicas e tecnológicas do

que a média dos países pesquisados (24%); o *benchmarking* nesse indicador são os países asiáticos, liderados por Singapura, com 47,01%. O percentual brasileiro é baixo mesmo quando comparado com alguns países latino-americanos: México, com 27,9% dos graduandos nas áreas de ciências e engenharias; Chile, com 20,1%; e Peru, com 18,8%.

O destaque positivo do Brasil nos indicadores de infraestrutura científica e tecnológica está no indicador que avalia o número de artigos publicados em relação ao percentual investido em pesquisa e desenvolvimento. Nesse *ranking*, que traz a China na liderança, com 202.288 artigos, o Brasil está na 8ª posição, com 45.944 artigos, em 2014. Esse destaque é um reconhecimento ao esforço dos pesquisadores brasileiros, em diferentes áreas de conhecimento e diversas instituições de ensino e pesquisa, públicas e privadas.

Infelizmente, essa boa performance na produção de artigos científicos não resulta em avanços nos outros indicadores, como número de patentes com validade internacional (48ª posição, com 12,1% das patentes concedidas para brasileiros).

---

**CARLOS ARRUDA** é professor e coordenador do Núcleo de Inovação e Empreendedorismo da Fundação Dom Cabral.

---

**ANA BURCHARTH** é professora e pesquisadora do Núcleo de Inovação e Empreendedorismo da Fundação Dom Cabral.

---

**LUANA LOTT** é mestranda da UFMG e bolsista de apoio técnico da FAPEMIG/FDC do Núcleo de Inovação e Empreendedorismo da Fundação Dom Cabral.

## CONCLUSÕES

Tendo como objetivo a análise das condições que um país oferece para que suas empresas sejam competitivas, o Anuário de Competitividade Mundial publicado pelo IMD expõe as fragilidades e os desafios vividos pelo Brasil – superar as deficiências humanas, institucionais, políticas e econômicas do presente, ao mesmo tempo em que deve se preparar para lidar com novas realidades, impostas pelas mudanças econômicas, geopolíticas e tecnológicas. O *ranking* de competitividade reforça a necessidade de o País realizar as reformas necessárias, modernizando não apenas seu ambiente regulatório, político e institucional, mas também suas práticas de gestão e o desenvolvimento humano e tecnológico. É urgente que o Brasil promova a atualização do seu modelo educacional, incluindo programas e disciplinas sobre as novas tecnologias digitais e também novas competências requeridas para o profissional do futuro. Já passou da hora de realizar um ciclo de reformas efetivas, simplificando seu marco regulatório e promovendo a eficiência das instituições públicas de apoio ao desenvolvimento científico e tecnológico, promovendo e facilitando os investimentos em infraestruturas compatíveis com a realidade atual. É fundamental que o setor privado, em cooperação com o setor público, assuma seu papel na liderança do esforço e do compromisso de investir no País, em todos os aspectos.